

Feira Sabor da Terra: uma experiência de economia familiar no campo da educação popular

*Leoni Inês Balzan Schneider**, *Elza M.F. Falckembak***, *Walter Frantz****

Resumo

Este texto é uma reflexão a respeito de processos educativos e pedagógicos no campo da educação popular em grupo associativista nascido dos movimentos sociais do meio rural. O estudo se ocupa de uma experiência coletiva, a Feira Sabor da Terra, construída por grupo de agricultores que vende produtos coloniais e agroecológicos produzidos pela agricultura familiar nas pequenas propriedades do município de Chapecó, Santa Catarina. Partindo do pressuposto de um projeto de administração popular, usando instrumentos de participação, desenvolveu processos de educação popular no período de 1997 a 2004. Nosso propósito é perceber e caracterizar esses processos. A experiência se baseia em novas idéias, relações e práticas vivenciadas pelos envolvidos no processo de fazer-se feirante.

Palavras-chave: educação popular; feira; processo educativo; agricultura familiar.

Introdução

O presente texto foi elaborado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências – Mestrado, da UNIJUÍ, e se ocupa de uma experiência coletiva no campo da economia familiar que pode ser vista como um espaço que contém processos de educação popular. Trata-se da experiência de uma Feira de economia familiar, construída por um grupo de agricultores e viabilizada pela prefeitura Municipal de Chapecó (SC) a partir de 1997, quando esteve à frente do município um governo com projeto popular de administração, como o orçamento participativo, conselhos, planejamentos coletivos, plenárias, seminários, congresso da cidade, fóruns e conferências municipais. O governo popular também promoveu eleições diretas para cargos anteriormente ocupados por pessoas da confiança dos governantes.

Partimos do pressuposto de que a eleição e a implementação de um projeto de administração municipal, caracterizado por instrumentos de participação, uma comunidade em geral pode evidenciar e desenvolver processos de educação popular. Perceber e caracterizar esses processos se constitui em um exercício de atenção, interpretação e análise para pesquisadores do campo da educação. No caso da Feira, buscamos perceber esses processos em grupos associativos nascidos na luta dos movimentos sociais do meio rural, cujo ideário caracteriza em parte o próprio projeto da administração com participação popular no município de Chapecó. Nosso objetivo é identificar a contribuição da educação popular na construção do projeto da feira ou é identificar processos de educação popular na construção da Feira.

Por educação popular entendemos um processo de construção de valores, de princípios, de formação, a partir de uma prática social realizada no campo da economia, da política, da cultura e da educação. Como escreve o pedagogo Bosco Pinto (*apud* SORDI, 2003), não existe nem pode existir um significado universal para expressão 'educação popular'. Sua significação deverá ser precisa a partir de suas implicações e determinações políticas.

A partir desse entendimento, a administração pública municipal de Chapecó tem estimulado os processos de gestão participativa de que a Feira Sabor da Terra é expressão.

Os diversos grupos de agricultores que compõem a Feira são organizados pela Associação dos produtores Feirantes de Chapecó (APROFEC). Porém, muitos deles têm na Feira sua primeira experiência orientados por relações econômicas coletivas, embora ainda atuem no contexto capitalista, isto é, em um contexto de economia competitiva, individual. Com os olhos voltados para os aspectos educativos e pedagógicos desses grupos, nos propomos observar e interpretar a experiência da Feira Sabor da Terra, que vende produtos coloniais e agroecológicos produzidos pela agricultura familiar, nas pequenas propriedades do município de Chapecó - Santa Catarina.

Nosso conhecimento, até então, sobre grupos associativos e cooperativos era mínimo, beirava o senso comum. Com relação à Feira, nosso contatos e conhecimento eram os da vivência como consumidora semanal, desde sua instalação no centro da cidade. A escolha dessa experiência como referência para esta reflexão sobre processos educativos em grupos associativos orientou-se pela simpatia que dedicávamos ao que estava sendo construído por feirantes e consumidores. Do diálogo na escolha dos produtos e do envolvimento direto com o feirante, em cada contato e em cada conversa com os envolvidos naquele universo, abriu-se um horizonte de investigação científica. O atendimento personalizado e no espaço físico que convida ao diálogo informal não só proporcionam agradável encontro entre gente conhecida nas primeiras horas das manhãs de sábado, mas também uma oportunidade de aprendizagem.

Este texto é a análise de uma experiência de educação em espaços não-escolares desenvolvida a partir de ações de impacto econômico na agricultura familiar, em Chapecó. A análise tem por base a coleta de dados, entrevistas e observação pessoal.

Conforme se lê no *site* do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a economia familiar:

tem por missão consolidar o conjunto da agricultura familiar de modo a promover o desenvolvimento local sustentável por meio da valorização humana e da negociação política com representantes da sociedade, respeitando os desejos e anseios das organizações sociais e praticando os princípios da descentralização, da democracia, da transparência e da parceria, com responsabilidade (Brasil, 2004).

Diversas entidades com princípios explicitamente solidários encarregaram-se da gestão e organização da Feira. Fôlderes dessas associações, Associação dos Produtores Feirantes de Chapecó - APROFEC, a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense - APACO, a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL e a Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense - UCAF, a Cooperativa Alternativa da Agricultura Familiar Ltda - COOPER FAMILIAR expressam o incentivo à cooperação entre trabalhadores para construir soluções que gerem trabalho e renda, com respeito ao meio ambiente. Essas soluções são alternativas como cooperativas e associações auto gestionáveis. As informações contidas nos fôlderes citados, somados aos depoimentos dos entrevistados, que poderão ser lidos na seqüência do texto, nos permitem entender que a Feira tem sua economia pautada por experiências de economia familiar e solidária. Associação dessa natureza está em processo de discussão para sua institucionalização no Estado de Santa Catarina, em larga expansão no Sul do Brasil.

O presente ensaio não se ocupa em afirmar ou não os princípios que alegadamente orientam os feirantes de Chapecó. Limitamo-nos a arrolar dados e informações que permitem o registro dos fatos dessa experiência e a reflexão a respeito. O estudo justifica-se, também, pela importância da experiência em si e porque ainda existem poucos estudos¹ descritivos e analíticos dedicados à história da Feira e de suas relações estabelecidas com a sociedade

chapecoense. Estudamos as informações contidas nos materiais que divulgam a Feira e as associações que a compõem, porém o conjunto mais numeroso, variado e significativo de fatos a respeito não se encontra nesses documentos, mas nas duas ações.

O texto baseia-se em entrevistas orais e escritas mantidas com pessoas diretamente envolvidas com a Feira, como agricultores que oferecem seus produtos na Feira, consumidores, autoridades, professores universitários e técnicos. Também se vale de consulta a fôlderes e relatórios de estudantes do curso de Agronomia da Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ. Além disso, contamos com o *feedback* de algumas lideranças durante a elaboração deste texto. Optamos pelo anonimato dos entrevistados por acreditar que assim sentir-se-iam mais livres para expressar suas opiniões, crenças, valores e sentimentos.

Apresentamos, inicialmente, uma breve análise de processos educativos na relação econômica em que se valoriza a ação coletiva. Na seqüência, são apresentados os discursos e ações que podem ter contribuição da Feira. Também apresentamos, por meio de entrevistas, funcionamento, resultados econômicos e aceitação social. Discutimos ainda agroecologia, uma ciência atual cujos princípios alguns feirantes aplicam à produção.

O estudo permitiu-nos perceber o desenvolvimento de uma experiência inovadora que, em nossa opinião, apresenta idéias, relações e práticas que contribuem para organização de outro modo de vida.

Processo educativo no Fazer-se Feirante

A tentativa de estruturar associações e organizações que desencadeiem modos de vida pautados em princípios econômicos e sociais diferentes dos modos capitalistas tem sido evidenciada em diversos momentos na história da humanidade.

A Feira é uma organização associativista de objetivos econômicos que implicam relações comerciais, o diálogo para o

planejamento, a troca de experiências técnicas a respeito de processos produtivos e desafios ecológicos, os quais produzem novos valores e comportamentos em relação à produção, à comercialização, ao consumo e ao ambiente.

A análise das entrevistas e dos pôsteres nos permitem entender que a relação econômica é apenas uma das relações construídas e não a mais importante, embora tenha sido a propulsora da iniciativa e atualmente a Feira se firme como principal fonte dos feirantes e apresente perspectivas de expansão devido ao aumento da procura por produtos agroecológicos.

A noção de que a relação econômica não é a principal motivação da Feira firmou-se em decorrência da impressão dos próprios feirantes, colhida em diversos depoimentos, e da nossa impressão pessoal de que o processo de idealizar, planejar a Feira e organizar a produção, implica um processo educativo. Esse processo que envolve feirantes, associações civis e consumidores, numa transação de informações se contrapõe ao modo dominante como a agricultura familiar se integra ao sistema de cooperativas e agroindústrias integradoras da região.

Conforme declaração dos feirantes, no sistema tradicional as agroindústrias controlam as cadeias produtivas: fornecem os animais e os insumos, definem o tempo de criação e o preço do produto e do insumo. Também demonstram compreender os efeitos do sistema capitalista nas relações de convivência. Para as lideranças entrevistadas, o modo de vida capitalista implica.

trabalhar sozinho. Cada um pensa só em si e não olha seu irmão, amigo, vizinho, qualquer um que esteja passando por dificuldades. Os capitalistas não pensam na inclusão, porque é fácil ir a apenas uma propriedade para buscar mil porcos ou cem mil francos do que percorrer dezenas de pequena propriedades onde todo agricultor tem seu espaço de produção e se beneficia da renda. O momento ainda nos mostra que é excludente, porém, nós queremos revertê-lo trabalhando o resgate cultural, a diversificação das propriedades e não a monocultura, a concentração e exclusão. (Líder de uma das entidades já citadas)²

A evidência de compreensão, por parte dos agricultores feirantes, da realidade de dependência e exclusão de quem está integrado às grandes agroindústrias da região oeste de Santa Catarina, e o desejo crescente de construir alternativas de renda contrárias às oferecidas pela agroindústria foram influenciadas por diferentes entidades formadoras; algumas com tendência ideológicas mais de esquerda, como: Pastorais da Igreja Católica Progressista, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Cooper familiar, MST e APACO. Além da formação que possibilitou uma análise crítica frente à realidade vivida pelos agricultores, também teve influência a formação mais técnica vinda no decorrer do tempo realizada pelo Estado, a exemplo da Epagri, que viabilizaram processos de educação popular.

Assim, trabalhar em outra perspectiva, contrária à que é dominante na nossa sociedade, isto é, o modo de vida capitalista, segundo o anunciado pelos feirantes, envolve alguns novos desafios como o de atuar em grupo:

É uma forma diferente de trabalhar, refazendo os nossos caminhos, resgatando a nossa dignidade, a nossa cultura, a história das nossas vidas, valorizando o nosso trabalho e nos fazendo respeitar. No momento em que os agricultores assumiram a comercialização dos seus produtos mostraram que têm capacidade de enfrentar esse desafio. (Líder de Associação e feirante)³

Conforme depoimento, a venda direta foi ao maior desafio enfrentado pelos agricultores feirantes. “Alguns, até curso de vendedor fizeram” (agricultor feirante)⁴. Um outro desafio por eles enfrentado tem sido o de providenciarem máquinas apropriadas às produções, porém, não oferecidas pelo mercado. Desafio que demandou: pesquisa e diálogo com indústria de pequeno porte para fabricação das mesmas.

De modo que, os próprios feirantes, juntamente com entidades que os representam, projetem sua produção e sobrevivência “num sentido de resgate da capacidade de cada um

de desenvolver-se e produzir de forma diferenciada, sem ser atrelado a grandes agroindústrias ou cooperativas que exploram, sugam o máximo de cada integrado." (Liderança de uma das entidades anteriormente citadas)⁵.

O diálogo constante entre colegas de profissão, a primazia dos grupos em face do indivíduo, as tarefas de comercialização, planejamento e cultivo agrícola caracterizam o trabalho do feirante e nos fornecem elementos para análise teórica sobre educação e processos educativos em espaços não-escolares. Apoiamo-nos em Carlos Rodrigues Brandão (1995) e Jaqueline Moll (2004) entre tantos outros. Para este estudo, que se apresenta como uma reflexão inicial, nos fundamentos especiais em Libâneo (2002) e Freire (1997, 2001).

De acordo com Libâneo (2002, p. 79), entre as diferentes concepções educativas, encontramos as que "olham" a educação "para além da configuração como processo de desenvolvimento individual ou mera relação interpessoal". A concepção histórico-social considera que a educação "insere-se no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais que caracterizam uma sociedade". O mesmo autor escreve que "a educação é fenômeno social inerente à constituição do homem e da sociedade, integrante, portanto, da vida social, econômica, política, cultural" (p. 97).

O educador Paulo Freire (2001, p. 21) entende a educação como processo permanente no qual "o ser humano jamais pára de educar-se. Numa certa prática educativa não necessariamente a de escolarização, decerto bastante recente na história, como a entendemos". Pesquisadores de diferentes áreas como psicologia, sociologia, lingüística e economia, além dos pesquisadores da educação, estudam os processos educativos fora da escola, pois entendem que "os processos educativos ocorrentes na sociedade são complexos e multifacetados, não podendo ser investigados à luz de apenas uma perspectiva e, muito menos, reduzidos ao âmbito escolar" (LIBÃNEO, 2002, p 71).

A organização da Feira implica um processo educativo, uma vez que converge para um núcleo de interesses comuns entre

pessoas com diferentes experiências de vida, diferentes visões de economia e da política, as quais, em diálogo, fazem a Feira. Conforme nos disse um feirante, “todo problema da feira se discute em grupo”. O dialogar das diferentes visões, entre outras ações por eles desenvolvidas, pode ser denominado como processo educativo, pois, de acordo com Libâneo (2002, p. 91), “os processos educativos informais só se movem a partir de ações organizadas, conscientes, internacionais, ou seja, quando se pode prefigurar, antecipar resultados que se quer obter”. Concordamos com o professor Libâneo (2002, p. 78) quando escreve que “o processo educativo, por consequência, é um fenômeno social, enraizado nas contradições, nas lutas sociais, de modo que é nos embates da práxis social que se vai configurando o ideal da formação humana”.

O ideal da “formação humana” mencionado pelo autor nos lembra a idéia de fundar-se um novo modo de vida, a qual está implícita nas aprendizagens dos feirantes e nos objetivos traçados pelo grupo. Alguns feirantes permanecem ligados às cooperativas da agroindústria da região, sobre as quais dizem: “Hoje o processo de produção está cada vez mais concentrado, há muito mais exclusão social tanto no meio rural como no meio urbano, porque as cooperativas, as agroindústrias só pensam na parceria, no individualismo, na concentração de lucros [...] e não aceitam que essa situação seja tratada dessa forma”⁶.

Entre as significativas aprendizagens dos feirantes, destaca-se aquelas desencadeadas pela relação direta com o consumidor, no momento da comercialização, quando, por meio do diálogo, descobrem o gosto do consumidor, acatam suas sugestões e, em seguida, implementam soluções que diversificam a produção e melhoram a qualidade e a apresentação dos produtos. Superadas as dificuldades iniciais da comercialização direta, agora o desafio é produzir na quantidade e qualidade sugeridas pelos consumidores. Essa condição promove “a capacitação do grupo”. A respeito, encontramos respaldo em Freire (1996, p.58), quando escreve que “mulheres e Homens se tornaram educáveis na medida em que se

reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade”.

Freire vem ao encontro do “ideal” preconizado pelos feirantes, ao mencionarem o respeito ao coletivo e ao meio ambiente:

Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem idéias de formação, sem politizar não é possível (FREIRE, 1996, P. 58).

Idealizar e trabalhar num outro modo de vida como o preconizado pelos agricultores feirantes também comporta a convivência com conflitos. Segundo os feirantes, “alguns agricultores no meio do caminho desistiram” devido às novas exigências. Afirmam que as novas relações não se dão de modo linear e imediato. Também observamos um conflitar de idéias entre agricultores que estão em processo de produzir baseados na agroecologia e os que já produzem. Essa tensão é manifesta, em especial, pelos agricultores que ainda estão no processo em que expressam certa incredulidade quando o consumidor o questiona sobre a ausência de agrotóxico no produto.

De acordo com entrevistados, freqüentemente estabelecem-se conflitos, mas são resolvidos com base “no diálogo e na confiança”.

Contribuições na Constituição da Idéia: a Concretização da Feira

Nossa história da Feira é evidentemente a influência de Dom José Gomes, bispo diocesano, líder da ala progressista da Igreja Católica, diocese de Chapecó. Dom José incentivou a criação de diferentes grupos pastorais, e sua articulação com o Sindicato do Trabalhadores Rurais de Chapecó e região e a APACO. Conforme

depoimentos de agricultores, nesses grupos debatia-se a questão agrária brasileira e divulgava-se a noção de que o sistema sócio-político-econômico-cultural dominante reduziria a 5% a população de agricultores em todo o país, mediante a extinção da agricultura familiar e da pequena propriedade rural, que, a propósito, compõem a base agrícola de todo oeste catarinense. As entidades alertavam os agricultores quanto à necessidade de organizar-se para reverter a atual tendência.

A indicação da igreja na geração da idéia de associações com a APROFEC, reporta nos aos estudos dedicados aos movimentos sociais ocorridos no oeste catarinense de 1978 a 1987. No decorrer desses estudos, percebemos associação entre a origem dos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento dos Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai (MAB) e o movimento de Oposições Sindicais e a crise da agricultura tradicional provocada pela modernização agrícola⁷. Momento em que a Igreja Católica, conforme Poli,

a partir do Concílio Vaticano II e dos encontros episcopais de *Medellin* e *Puebla*, a Diocese de Chapecó inaugurou uma nova orientação para sua atuação, na qual assumiu às classes populares passou a estimular a organização e a difundir uma visão de mundo calcada no igualitarismo comunitário e na ênfase à participação popular (POLI, 1995, p. 27).

Inspirados na Teologia da Libertação, os setores da Igreja, identificados com nova orientação, fundaram organizações a partir das quais desenvolviam suas ações, quais sejam: as comunidades eclesiais de base (CEB), os grupos de reflexão, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Serviço de Assessoria e Informação (SAI) e o Conselho Indigenista missionário (CIMI). A Igreja, por meio das pastorais, priorizou a criação de novos espaços da participação dos leigos em face da extinção das antigas organizações promovidas pelo regime militar. A forte inserção da Igreja nas camadas populares permitiu que os novos canais de participação social sob os seus

auspícios ganhassem importância e ampla aceitação. O discurso crítico que se difundia nessas organizações quanto à situação vivida pela agricultura estimulou a organização e mobilização dos agricultores. Esses estudos mostram que a ala progressista da Igreja Católica tinha clara intenção de construir a autonomia dos movimentos sociais em relação à própria Igreja. Paralelamente à divulgação do discurso crítico, os grupos pastorais promoviam cursos de formação de líderes e, paulatinamente, levavam as entidades participantes a assumir a coordenação dos movimentos.

Para exemplificar, cita-se a atitude de Dom José Gomes quando das “ocupações integradas de operações simultâneas”⁸, ocasião em que o Governo do Estado de Santa Catarina ofereceu transporte aéreo para seu deslocamento a Florianópolis, a fim de negociar o conflito. Segundo Uczai, Brugnera e Marcon (2002, p. 213) Dom José Gomes teria dito que “o MST tem coordenação das ocupações. Portanto, é com eles que vocês devem negociar o conflito. “Dom José se fazia presente entre o povo na condição de ouvinte de seus problemas. Em suas prédicas ele conciliava as lições do evangelho com sua crítica social. Nas visitas aos agricultores acampados manifestava-lhes seu apoio. Dom José sempre foi bem recebido pelos moradores da área rural, a maioria católicos. O apoio explícito de Dom José aos cidadãos desfavorecidos alimentava as críticas dos setores conservadores da sociedade e da Igreja.

Os movimentos sociais em momentos de luta contavam também com relativa ajuda da comunidade católica em geral. Durante as suas celebrações religiosas, Dom José informava a comunidade a respeito do conflito envolvendo os agricultores sem terra e pedia seu apoio em forma de doativos. Os pedidos de ajuda nem sempre eram atendidos, porém o assunto passava a ser calorosamente discutido e as diferentes opiniões se confrontavam no seio da comunidade católica também organizavam romarias, muito concorridas, as quais constituíam-se em importante forma de mobilização. Assim, os sem-terra conquistavam espaços de negociação com a sociedade civil e as autoridades.

Todo esse trabalho teve repercussão nos movimentos sociais e na sociedade de Chapecó e região. A instalação do diretório municipal do Partido dos Trabalhadores (PT) em Chapecó, em 11 de junho de 1981, é decorrência de ação dos movimentos sociais do campo na região. A política antioligárquica do PT conquistou a simpatia generalizada dos trabalhadores rurais. Pela primeira vez na história do município o poder político das elites confrontou-se com uma organização partidária de trabalhadores.

O avanço dos movimentos sociais no campo e da participação política dos trabalhadores rurais não impediu que a crise na agricultura se agravasse. A principal atividade produtiva na região era a produção de suínos integrada à produção de frangos. Muitos agricultores não conseguiram acumular capital suficiente para manter-se nessa atividade e passaram a cultivar produtos hortifrutigranjeiros.

Os alimentos eram comercializados em condições precárias na cidade de Chapecó. Não havia local próprio para feira. Os feirantes perambulavam pelas ruas instalando-se aqui e ali temporariamente. Um dos locais mais freqüentes da feira distava 200 metros da praça central. Era uma calçada larga onde os feirantes montavam suas bancas. Os atravessadores agiam livremente, em prejuízo do consumidor. Hoje, a ação dos atravessadores abrandou-se, mas não foi eliminada. Havia ainda fiscais da vigilância sanitária, que impunham severa disciplina aos feirantes. A precariedade estrutural da feira dificultava o cumprimento das normas de saúde pública. Os feirantes, sem um teto que os abrigasse, também tinham de suportar os rigores do clima.

Em 22 de outubro de 1991, os feirantes criaram a APROFEC, associação que, atualmente, organiza os dez pontos de venda da Feira na cidade. A situação dos feirantes melhorou sensivelmente a partir de 1997, quando o município foi assumido por um governo com projeto popular de administração. As ações do governo municipal foram decisivas para instalação da Feira.

Atendendo às reivindicações da APROFEC, o governo municipal, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura de Chapecó, implementou uma série de ações de apoio às agroindústrias de pequeno porte como atualização de leis que tratam do assunto, aluguel de terreno e instalação de pontos de comercialização direta entre produtor e consumidor. Quanto à questão dos espaços físicos é fato ainda presente, uma vez que eles não são de propriedade do poder público.

Desde a reformulação das leis até o registro do selo Sabor Colonial, desenvolveu-se um árduo trabalho legislativo. O Serviço de Inspeção Estadual (SIE) continha em seus estatutos regulamentação referente à fabricação de produtos de origem animal como queijos, salames e mel.

As normas do SIE impunham a montagem de uma estrutura de tal porte que tornava a atividade economicamente inviável para agricultura familiar, considerando o montante de recursos financeiros necessários ao investimento. Foi necessário então criar o Serviço Municipal de Inspeção Sanitária (SMIS), fato que se concretizou a partir da ação do então deputado estadual Pedro Uczai. Antes disso, a Assembléia Legislativa aprovara o Programa de Fomento e Desenvolvimento da Pequena Agroindústria Familiar Rural e Pesqueira (PROAGRO), hoje, lei em Santa Catarina, que estabeleceu uma relação entre meio ambiente, produtor e consumidor, confrontando-se, dessa forma, com o modelo agropecuário vigente. Conforme nos escreve Uczai (2001, p. 94),

Por nossa concepção de desenvolvimento, não era possível ao agricultor produzir a matéria-prima e passar para outro setor industrializar, agregar valor, renda e acumular capital. Nós entendíamos que quem produz, poderia também agroindustrializar a matéria prima, porque tinha mão-de-obra e experiência adquirida cultural e historicamente.

O projeto foi aprovado em 1997, sancionado em 6 de janeiro de 1998 e regulamentado em dezembro do mesmo ano. Esse programa visa a fomentar alternativas de industrialização dos produtos agrícolas mediante subsídio para implantação do complexo

agroindustrial, assistência técnica para produção e inspeção sanitária. O programa incorporou a Lei N° 10.610, que permitiu à Cooper Familiar⁹, de Chapecó e região, registrar a marca Sabor Colonial de produtos alimentícios.

A Feira permite às famílias trabalharem unidas e ajuda na permanência das novas gerações no campo. Muitos jovens que se mudaram para a cidade em busca de oportunidade de trabalho agora encontraram ocupação na agricultura, integrados às atividades de suas famílias de origem. A Feira ensina o desenvolvimento de novas relações interpessoais no âmbito da família. O poder decisório é sociabilizado, uma vez que todos participam da discussão a respeito de todos os aspectos da produção e da comercialização dos produtos. O pai não é detentor exclusivo do poder econômico na unidade familiar, mesmo porque a agroindústria familiar envolve tarefas tipicamente femininas referentes às atividades culinárias, tais como produção de queijos, doces e massas.

Conforme Uczai (2001, p. 96-97),

é fundamental que se socializem as diferentes tecnologias, a renda e os sabores acumulados culturalmente e historicamente, para permitir que se construa um novo modelo de desenvolvimento calcado em um processo de produção e industrialização de pequeno porte. [O novo modelo] deve beneficiar centenas, milhares de pequenas agroindústrias possibilitando uma condição de dignidade às famílias. Por isso, nossa insistência é que para que não se explore mão-de-obra familiar de outros e também para que não se compre matéria-prima de outro. O complexo agroindustrial deve ser do tamanho da capacidade de produção a agroindustrialização [da família]. Isto é o que defendemos junto a COOPERFAMILIAR que detém a marca Sabor Colonial. Assim, evitamos que haja a mais-valia e, conseqüentemente, que se explore o trabalhador que não tem terra, que tem pouca terra ou que não tem pequena agroindústria.

Ainda segundo Uczai, novas relações de produção e de trabalho estão sendo vivenciadas pelos agricultores, as quais são reflexos do processo educativo gerado pelo associativismo.

Funcionamento e Resultados

A Feria, atualmente está consolidada em Chapecó, é uma atividade que se insere no modo capitalista de produção e na lógica de mercado. Tem por base a venda dos produtos em pontos fixos ou itinerantes e estabelece uma estreita relação entre produtor e consumidor. É ponto de encontro entre produtor e consumidor, onde vigoram sentimentos de recíproca confiança.

Com base em nossa experiência pessoal como consumidora, apontamos um aspecto da atividade da Feira que define duas etapas de sua história desde a fundação. Naqueles primeiros dias, a procura superava amplamente a oferta, as mercadorias não bastavam aos consumidores e logo esgotavam-se. Verificava-se uma verdadeira corrida às bancas, na base do “quem-chegar-primeiro-leva”. Então, o feirante aprendeu a avaliar com mais acerto o tamanho da sua clientela e suas necessidades de consumo de modo a adequar a produção à realidade do mercado. De sua parte, os consumidores aprenderam a respeito da dinâmica da feira e, hoje, sabem que as melhores mercadorias esgotam-se rapidamente, portanto é preciso conhecer as datas e os horários da feira e chegar cedo.

A coordenação geral da Feira de Chapecó é assumida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura em conjunto com a Cooper Familiar e a APROFEC. Cada um dos dez pontos da Feira tem seu próprio coordenador e vice-coordenador. A coordenação pode solicitar o auxílio da Comissão Municipal de Abastecimento - COMABEN, sempre que houver necessidade. A Comissão é composta por representantes de associações e entidades afins, Como Apaco, Conderc, Cresol, Cooper Familiar, Associação dos Piscicultores, Associação dos Apicultores, Procom, Vigilância Sanitária, o Serviço Municipal de Inspeção Sanitária - SMIS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Empresa de Pesquisa e Extensão Agropecuária - Epagri, e representantes dos consumidores.

Segundo entrevistados, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura de Chapecó nunca trabalhou como fiscal,

ao contrário do que ocorre em alguns municípios do estado do Rio Grande do Sul. Sua função é orientar os investimentos dos agricultores. Caso os agricultores fossem capitalizados, a Secretaria assumiria outro papel.

O preço de venda de cada mercadoria é 20% mais baixo que o preço médio praticado pelo mercado varejista local. Para fixar os preços, consultam-se os estabelecimentos maiores e mais próximos da Feira. Nesse momento, discute-se a conveniência de manter-se a fórmula de cálculo de preços ao consumidor.

Atualmente, com os dez pontos de venda da Feira, a movimentação econômica mensal total das mais de 150 famílias envolvidas está em torno de R\$ 500 mil. Os ganhos permitem aos filhos de agricultores o acesso ao ensino superior. Algumas famílias mantêm mais de um filho em escola superior. A Feira deu viabilidade econômica a propriedades rurais de 1,2 hectares (10,2mil m²), fato raro em agricultura de escala. Segundo dados do IBGE, censo de 2000, da população urbana de abrangência da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, 78% está concentrado na cidade de Chapecó.

O que acreditamos pode ser chamado resultado em processo é a geração das lideranças.

As que coordenam as associações ou as lideranças que estão nos grupos são constituídas dentro dos próprios grupos e são pessoas que buscam incessantemente a formação, a capacitação, a troca de experiências, os intercâmbios, fomentam a formação de grupos, trabalham a cooperação, se relacionam com outras entidades, buscam sempre um sentido de viver melhor, a partilha, a solidariedade em uma sociedade bem diferente do capitalista. (Feirante e líder de uma das associações citadas)¹⁰.

Informações e relatos evidenciam não somente a busca de ganhar mais, mas o ganhar mais de outro modo. Para pessoas pouco informadas sobre as associações e, especialmente, a Feira Sabor da Terra, poderiam concluir que visam apenas ao benefício econômico dos associados e feirantes. É fundamental, e diríamos decisivo, no

processo de fazer-se feirante a dinâmica de troca de experiências e conhecimento técnico entre o grupo de agricultores com produção igual ou diferente, porém com interesses comuns:

O desenvolvimento das agroindústrias [de pequeno porte] agrega valores éticos e sociais. Se não for assim na primeira crise quebra tudo [...] valor das famílias trabalharemos organizadas no associativismo. Juntam-se de diferentes redes e discutem experiências na agroecologia. É como uma rede de pescar, puxa um fio, todos mexem, então um ajuda o outro. Na troca de experiências há transferências de tecnologia (Líder de uma das entidades anteriormente citadas)¹¹.

Os líderes das associações buscam responder aos anseios, desejos e dificuldades dos grupos: “Buscamos informações, fazer parceria técnica e com escritórios de advocacia e de marketing. A regra é não ficar sozinho, não querer ser auto-suficiente. Os agricultores é que são os sujeitos [...] nosso trabalho é bastante complementar.” (Líder de uma das entidades anteriormente citadas)¹².

O exercício de fazer-se feirante dá vida à Feira. O planejamento familiar e coletivo, a programação, a formação, a contabilidade, a divulgação e a comercialização suscitaram o processo de redução no modo de vida dos agricultores. Os agricultores retomam o controle sobre a comercialização da safra e sobre etapas fundamentais da produção. No modelo de produção dominante, essas funções são assumidas pelas empresas integradoras e cooperativas, e ao agricultor cabe apenas vender-lhe sob condições estabelecidas unilateralmente a matéria-prima que é produzida igualmente sob condições estabelecidas unilateralmente.

O trabalho não é fácil mas o grupo está seguro de onde quer chegar. Os objetivos estão traçados, discutidos, avaliados e trabalhados com planejamentos e ações estratégicas. Os grupos, quando iniciam o trabalho, começam a viabilizar melhorias na estrutura, fazendo a produção, capacitando membros, reinvestindo na sua propriedade e diminuindo o êxodo rural. O conjunto das entidades vem trabalhando forte

nesse sentido, garantindo cada vez mais que familiares de agricultores se organizem e busquem saídas para produção. (Líder de associação e feirante)¹³.

A popularização, pelos meios de comunicação da massa, das noções de saúde referentes às vantagens do consumo de vegetais livres de agrotóxicos move a opinião pública e os consumidores em favor da Feira. A busca de alimentação mais saudável e o cultivo de novos hábitos alimentares ganha adeptos no mundo inteiro e incentiva a experiência como Feira de Chapecó

O ministro das Relações Exteriores de São Tomé e Príncipe, acompanhado do Secretário Estadual da Agricultura, representantes de países europeus, e empresários gaúchos, estiveram em visita a Chapecó recentemente para conhecer de perto a experiência exitosa da Feira. Do Paraná, Goiás, São Paulo, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Pernambuco e outras partes do Rio Grande do Sul os feirantes de Chapecó recebem convites para exporem sua experiência. Governos e associações civis com preocupações cooperativas buscam saber da Feira de Chapecó e até mesmo a FAO, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, esteve no município para conhecer a Feira e, quem sabe tentar repetir a experiência na Guatemala. Os visitantes querem saber do sistema produtivo e da organização social na agricultura familiar de Chapecó.

A sociedade contemporânea experimenta uma perplexidade em relação aos valores instituídos pelo pensamento cartesiano desde o século XVII, a partir das meta narrativas da razão universal. Estabeleceu-se a primazia do sujeito racional e verdade única que desconsidera as diferenças. Resultou daí uma crise da modernidade, conforme Silva (2001, p. 110-12). A crítica a esse paradigma desenvolveu-se durante o século XX e discute a razão e a racionalidade, patrimônio básico do iluminismo. Em vez de levar à emancipação do gênero humano, o racional cartesiano produziu o pesadelo totalitário.

O interesse demonstrado por cidadãos de lugares tão distantes e diversificados como esses de que provêm os visitantes recebidos

de Chapecó leva-nos a crer que os problemas da agricultura familiar são basicamente os mesmos em todas as sociedades subdesenvolvidas, em desenvolvimento, emergentes ou de terceiro mundo do planeta. O contexto social econômico que envolve as pequenas propriedades rurais varia muito pouco de região para região, pois resulta do modo de vida produção capitalista, que é idêntico no mundo inteiro. As soluções para os problemas da agricultura familiar e as aspirações dos agricultores desses diversos lugares são idênticos às de Chapecó.

A agroecologia incentiva a produção sustentável e saudável, como é o caso dos produtos agroecológicos vendidos na Feira Sabor da Terra. A produção de alimentos isentos de insumos agrotóxicos é benéfica à saúde do agricultor e ao ambiente, porque elimina os perigos de intoxicação e poluição ambiental que resultam da ampliação dos venenos na lavoura. Do ponto de vista da saúde do consumidor, os benefícios são igualmente óbvios.

Diz-se que um produto é agroecológico quando a produção viabiliza a sustentabilidade da agricultura familiar na pequena propriedade, implicando a independência econômica da família, auto-sustentação, equilíbrio ambiental e capacitação técnica dos agricultores, contrapondo-se ao empobrecimento e ao êxodo rural característico da modernização da agricultura.

O selo sabor colonial é da qualidade de produto agroindustrializado à venda na Feira. O selo é concedido pela Unidade Central das Agroindústrias Familiares do Oeste Catarinense – UCAF, a todo produto que atende ao padrão de qualidade previsto em lei. O código de barras impresso no selo identifica o produto e assegura a qualidade. Entre os produtos que exibem o selo Sabor Colonial, alguns contêm matéria-prima agroecológica.

Os produtos agroecológicos¹⁴ são certificados pela Rede Ecovida da Agroecologia, que reúne representantes de vários segmentos da sociedade com o objetivo de organizar, fortalecer e ampliar a agricultura ecológica familiar no Sul do Brasil. A Rede

vem desenvolvendo uma proposta de certificação alternativa dos sistemas convencionais. Essa proposta alternativa é denominada de certificação participativa e tem como princípio a confiança entre os envolvidos no processo de produção, transformação e comercialização.

Considerando o pressuposto da confiança mútua, os empreendedores da agroindústria ecológica desenvolveram uma estratégia que consiste em aproximar os produtores entre si mediante visitas às diversas unidades familiares de produção. Dessa forma, agricultores que se avistam apenas em reuniões da classe tiveram a oportunidade de conhecer de perto os locais de trabalho e detalhe da dinâmica própria de cada família envolvida com a agricultura ecológica.

Igualmente envolveram-se os consumidores nesse esforço. Durante um domingo por mês, grupos de consumidores interessados visitam as unidades de produção familiar. Um grupo de estudantes de agronomia da UNOCHAPECÓ, atendendo a convite dos produtores, proporciona aos visitantes uma visão mais clara do processo de produção mediante exposições orais apoiadas por fluxogramas, plantas das instalações e material cartográfico.

A Feira e seus consumidores deram inspiração a outro trabalho dos estudantes de agronomia da UNOCHAPECÓ. Usando questionários, os estudantes pesquisaram os motivos que levaram os consumidores a freqüentarem a Feira e descobriram que o primeiro motivador é a preferência por produtos agroecológicos. O segundo motivo, segundo a pesquisa, é a qualidade do atendimento, em que o feirante dispensa especial atenção ao cliente, e preços mais baixos que os preços médios do mercado local.

Os encontros de agricultores entre si e desses com os consumidores promovem a certificação participativa dos produtos agroecológicos em Chapecó por um sistema solidário de geração de credibilidade. Franz (2001, p. 3) assim se refere ao papel da economia solidária e sustentável:

Talvez esteja no espaço da cooperação – em termos de políticas econômicas, sociais e ambientais – uma oportunidade de sobrevivência da humanidade que segundo Morin, está na encruzilhada por opção pela catástrofe ou pela transformação de suas práticas destruidoras das condições do planeta Terra. Talvez esteja na cooperação uma nova oportunidade para encaminhamento de soluções para tantos problemas sociais que ainda nos acompanham ao final de tanto tempo de economia, fundada na concorrência e na individualidade, na racionalidade e nos interesses do capital.

Além de produtos mais baratos, a relação comercial direta entre produtor e consumidor não apenas proporciona preços mais baixos, mas incentiva o diálogo e elimina a impessoalidade da venda convencional. É como que a restauração da cultura do passado, quando as relações entre moradores da cidade e do campo eram estreitas porque a agricultura era dedicada ao mercado local e a população do município era pequena a ponto de todos os habitantes se conhecerem pessoalmente uns aos outros.

Considerações Finais

Percebem-se processos de educação popular no âmbito familiar, em Chapecó, concretizados a partir do estímulo dado pelo poder público municipal à gestão participativa.

A Feira Sabor da Terra vende produtos coloniais e agroecológicos e compõe-se de agricultores que se orientam por relações que valorizam a ação coletiva. Dada a sua complexidade estrutural, a Feira implica processos de educação popular.

Os processos educativos se constituem no esforço de suspensão dos desafios apresentados aos agricultores, como a venda direta ao consumidor, a qualificação dos produtos e o planejamento e controle de todas as etapas de produção e comercialização

O trabalho coletivo proporcionou o confronto de opiniões sobre economia e ambiente. A discussão gerou conhecimento socializado que permitiu aos agricultores construir uma alternativa ao trabalho subserviente imposto pela grande agroindústria.

A Feira Sabor da Terra tem objetivos econômicos, porém sua função mais importante é gerar valores éticos e sociais que se contrapõem ao modo capitalista de produzir e relacionar-se socialmente.

As organizações pastorais progressistas da Igreja Católica foram as promotoras originais da Feira. As lições do evangelho, divulgadas à luz da crítica social e política, estimularam os agricultores a resistirem ao arbítrio e à dependência econômica.

A Igreja Católica fomentou movimentos e organizações promovendo reflexões nas comunidades rurais e cursos de formação de líderes e incentivando o uso de metodologias participativas que construíram sua autonomia.

Embora existisse como associação civil desde 1991, a Feira instalou-se apenas quando o governo municipal, munido de um projeto popular de administração e juntamente com a sociedade, assumiu as tarefas pertinentes. O trabalho de alguns deputados do campo popular na Assembléia Legislativa de Santa Catarina também foi decisivo para a organização da agricultura familiar em novas bases, mediante a reformulação da legislação atinente ao setor.

A agroindústria familiar, a venda direta ao consumidor e a sustentabilidade desencadeiam processos de educação popular que instauram novos valores sociais.

Notas

* Mestre em Educação nas Ciências - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, Ijuí - RS.

** Doutora em Ciências Humanas pela UFSC, professora do programa de mestrado em Educação nas Ciências da UNIJUÍ.

*** Doutor em Ciências da Educação: Sociologia, Educação e Política - pela WWU-Münster/ Alemanha. Professor do programa de mestrado em Educação nas Ciências da UNIJUÍ.

¹ Encontramos no site www.igeo.uerj.br, uma síntese de estudos em desenvolvimento sobre APROFEC e Cooper familiar. Acessado em 28/02/06.

² Entrevista concedida à pesquisadora Leoni na primeira quinzena de junho de 2004 em Chapecó - SC.

³ Entrevista concedida à pesquisadora Leoni na primeira quinzena de junho de 2004 em Chapecó - SC.

⁴ Trecho de entrevista concedida por um feirante à pesquisadora Leoni na primeira quinzena de junho de 2004 em Chapecó - SC.

⁵ Entrevista concedida à pesquisadora Leoni na primeira quinzena de junho de 2004 em Chapecó - SC.

⁶ Trecho de entrevista concedida por um feirante e líder de associação de agricultores à pesquisadora Leoni na primeira quinzena de junho de 2004 em Chapecó - SC.

⁷ A modernização da agricultura brasileira iniciou-se na década de 1970 e obrigou os agricultores a comprarem modernos equipamento-se construir novas instalações. Também generalizou o uso intensivo de sementes selecionadas e insumos de origem industrial, além da mecanização agrícola (cf. POLLI, 1995).

⁸ Momento em que o MST promoveu no oeste catarinense uma das maiores ocupações de terras já realizadas, ficando conhecida como “ocupação integrada de ocupações simultâneas”, preparada durante dois anos em grupos de reflexão, sendo que numa noite ocuparam 13 áreas diferentes em sete municípios. Aproveitando a romaria tradicional, diafarçados de romeiros, ocuparam as áreas sem chamar a atenção da polícia. Esse ato consolidou o movimento na região e desencadeou a discussão sobre a reforma agrária.

⁹ A Cooperatia Alternativa Familiar (Cooper Familiar) é uma cooperativa de agricultores que trabalha na produção de alimentos agroecológicos, produtos coloniais e agrindustriais e se propõe a desenvolver a cooperação. É uma legalizada que busca fortalecimento dos grupos, espaços de comercialização dos produtos da agricultura familiar, em âmbito local, regional e nacional.

¹⁰ Entrevista concedida à pesquisadora Leoni na primeira quinzena de junho de 2004 em Chapecó - SC.

¹¹ Entrevista concedida à pesquisadora Leoni na primeira quinzena de junho de 2004 em Chapecó - SC.

¹² Entrevista concedida à pesquisadora Leoni na primeira quinzena de junho de 2004 em Chapecó - SC.

¹³ Entrevista concedida à pesquisadora Leoni na primeira quinzena de junho de 2004 em Chapecó - SC.

¹⁴ Informações aqui referidas estão contidas nos fôlder sob o título Rede Ecovida, Laços Firmes, Braços Fortes do Sul do Brasil, de autoria da referida associação, bem como os referentes a Apaco, Ucaf e Cresol.

Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 2. Ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO OESTE CATARINENSE – APACO. Chapecó, [S.D.]. (fôlder).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto**: escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. PRONAF. Disponível em: <www.pronaf.gov.br/quem-somos/missao.htm>. Acesso em 02/07/04.

FRANTZ, Walter. **Educação para o cooperativismo**: a experiência do movimento comunitário de base de Ijuí. Ijuí: Unijuí, 2001.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** São Paulo: Cortez, 2002.

MOLL, Jaqueline. Cidade e processo educativo. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 5., 2004 abr. 27-30, Curitiba. **Pesquisa em educação e compromisso social**. Curitiba: Champagnat, 2004.

POLI, Odilon Luiz. **Aprendendo a andar com as própria pernas**: processo de mobilização dos movimentos sociais do Oeste Catarinense. Campinas, 1995 (Dissertação).

SORDI, Luiz Carlos. **Atuação dos alunos e egressos da educação de jovens e adultos (EJA) nas organizações comunitárias do município de Chapecó/SC**. Santa Cruz do Sul: [s.n.], 2003 (Mimeografado).

SCHNEIDER, Leoni Inês Balzan. **Educação e cidadania**: uma proposta educativa associada aos movimentos sociais de Chapecó - SC. In: Anais V ANPED-SUL. Curitiba, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

UCZAI, Pedro. **Matematicamente Incorreto**. Chapecó: Argos, 2001.

_____, Pedro; BRUGNERA, Nedilson L.; MARCON, Telmo. **Dom José**: a educação formal e a formação de lideranças. In: Uczai, Pedro (org.). **Dom José Gomes**: mestre e aprendiz do povo. Chapecó: Argos, 2002.

Abstract

This text analyzes the educative and pedagogical process in the popular education field in association group created from rural social movements. The study is about a collection experience, the “Sabor da Terra” fair, constructed by farmers group who sells colonial and agroecologic products produced by family farming in small holdings of Chapecó – Santa Catarina. Considering that it constitutes a popular administration project, using participation tools, it developed popular education processes in the period of 1997 to 2004. The purpose is to perceive and to characterize these processes. The experience is based on new ideas relations and practices by the people experience.

Keywords: popular education; fair; educative process; familiar farming.